



30 DE OUTUBRO DE 2018

Terça-feira

- EMPRESÁRIOS ESPERAM CONFIRMAÇÃO DE AGENDA LIBERAL NO GOVERNO DE BOLSONARO
- NOVO GOVERNO DEVE INVESTIR NA MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PRIORIZAR REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA, DEFENDE CNI
- ARTIGO: UM MINISTÉRIO À ALTURA DO SETOR INDUSTRIAL
- ENTIDADES EMPRESARIAIS PEDEM UNIÃO E DEFENDEM REFORMAS APÓS ELEIÇÃO DE BOLSONARO
- EMPRESAS AMPLIAM OPCÕES EM CARTÕES DE BENEFÍCIOS PARA TRABALHADORES
- CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS CRESCE 0,9 PONTO EM OUTUBRO, DIZ FGV
- NÚMERO DE EMPRESAS INADIMPLENTES NO PAÍS CRESCE 9,39% EM SETEMBRO
- ABERTURA ECONÔMICA ABRUPTA É RISCO PARA RECEITA E EMPREGO NA INDÚSTRIA
- PODERIA VER UM ACORDO COMERCIAL COM O BRASIL, EM GOVERNO BOLSONARO, DIZ TRUMP
- SONDAGEM DE SETEMBRO APONTA ESTAGNAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- BOLSONARO DIZ QUE VAI CONVERSAR COM TEMER PARA TENTAR APROVAR PARTE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- TEMER ESTARIA DISPOSTO A TENTAR VOTAR PREVIDÊNCIA, MAS INICIATIVA DEVE PARTIR DE BOLSONARO, DIZ PADILHA
- EM CARTA, GUARDIA DEFENDERÁ TETO E REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER
- FUTURO MINISTRO DE BOLSONARO, ONYX DIZ QUE GOVERNO DARÁ PREVISIBILIDADE SOBRE CÂMBIO
- REAÇÃO GLOBAL A GRANDES EMPRESAS DE TECNOLOGIA PODE SUBDIVIDIR INTERNET

- TAXA DE DESEMPREGO FICA EM 11,9% NO TRIMESTRE ATÉ SETEMBRO, REVELA IBGE
- BANCOS PODERÃO REDUZIR LIMITE DO CARTÃO DE MAUS PAGADORES EM MENOS DE 30 DIAS
- FINTECHS PERMITEM MOBILIDADE FINANCEIRA AO PEQUENO POUPADOR
- IGP-M DE OUTUBRO DESACELERA A 0,89%, APÓS 1,52% EM SETEMBRO, REVELA FGV
- PIB DA ZONA DO EURO CRESCE MENOS DO QUE ESPERADO NO 3º TRIMESTRE
- LUCRO DA KLABIN CAI 73% NO 3º TRIMESTRE PARA R\$ 104 MILHÕES
- PREÇO DO DIESEL NAS REFINARIAS CAI 10% NESTA TERÇA (30)
- HYPERLOOP TRABALHA NO BRASIL COM A PROMESSA DE REDEFINIR TRANSPORTE
- JEEP JÁ ATINGE NO BRASIL META GLOBAL PARA 2025

CÂMBIO EM 30/10/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,709	3,709
Euro	4,214	4,215

Fonte: BACEN

Empresários esperam confirmação de agenda liberal no governo de Bolsonaro

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

Empresários e executivos de grandes empresas aguardam a formação da equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para ter maior clareza das políticas que serão adotadas a partir de 2019. A agenda liberal defendida pelo economista Paulo Guedes, alçado a superministro de Bolsonaro, é defendida para a retomada do crescimento do País.

“O Brasil tem um enorme potencial de crescimento, mas a equipe (econômica) tem de transmitir segurança. Tem muita coisa a se fazer no País. Podemos atrair investimento sim, mas é preciso fazer a lição de casa, com um marco regulatório adequado e um ambiente de negócios mais amigável”, disse Pedro Passos, acionista da Natura.

A aprovação das reformas é vista como prioridade para colocar o País na rota do crescimento, embora haja o desafio do candidato eleito em convencer o Congresso a votar a favor de medidas impopulares.

“O presidente recém-eleito e o novo Congresso não poderão se dar ao luxo de esperar”, disse João Miranda, presidente do grupo Votorantim. A expectativa é de que a aprovação das reformas ganhe ritmo no início de 2019. Além de enfrentar a questão fiscal, que passa pela reforma da Previdência, a redução da dívida pública precisa ser prioridade para o novo presidente.

Para Walter Schalka, presidente da Suzano, o ideal seria se o novo governo adotasse parte da reforma previdenciária de Michel Temer. “A reforma de Temer não era a melhor do mundo, mas se nós conseguíssemos aprová-la até o fim do ano, o governo já entraria com um assunto tão sensível na economia endereçado. Tenho receio de que eles queiram fazer a reforma perfeita, mas tenham muita dificuldade de aprovação”, disse.

Para Schalka, esse é o momento de uma união nacional em torno das reformas econômicas. “Acho que esse é o momento de passar o Brasil a limpo. É uma oportunidade única de se fazer isso. E tem de acabar com a questão política do nós contra eles. A eleição terminou e não vamos fazer o terceiro turno”, disse o executivo.

O presidente da Lojas Renner, José Galló, lembrou que o discurso da vitória de Jair Bolsonaro abordou diretamente questões de política econômica que já vinham sendo discutidas durante a campanha, como o combate à ineficiência e a redução do tamanho da máquina pública.

Para o executivo, o resultado das urnas é um sinal de que a população “comprou” o discurso de austeridade propagado pelo candidato. “A proposta vencedora é pró-mercado, mostra um desejo por racionalidade. A sociedade começa a se dar conta de que o Brasil não suporta um Estado do tamanho que está hoje. É uma onda de conscientização”, disse Gallo.

Todos, no entanto, apontam que o investimento no País só virá de forma significativa no País quando a fase do discurso for superada e as reformas finalmente forem concretizadas.

Novo governo deve investir na melhoria do ambiente de negócios e priorizar reformas previdenciária e tributária, defende CNI

30/10/2018 – Fonte: CNI (publicado em 29-10-2018)

A expectativa da indústria é que o presidente eleito Jair Bolsonaro apresente uma agenda mobilizadora para o país, mantenha o diálogo construtivo com os partidos políticos e forme uma base no Congresso que permita aprovação das mudanças necessárias à retomada do crescimento e à criação de empregos.

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) deve assumir o governo em janeiro de 2019 disposto a promover um governo que una os brasileiros e a enfrentar, de forma serena e determinada, os enormes desafios para que o Brasil volte a crescer e a criar empregos.

A recomendação é do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. “Tenho a certeza de que, com a aceleração das reformas econômicas e institucionais, como a da Previdência e a tributária, o país se fortalecerá e construirá, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional”, afirma Robson Andrade.

A expectativa da indústria, explica Robson Andrade, é que o presidente eleito mantenha um diálogo construtivo com os partidos políticos e forme uma base de apoio no Congresso Nacional, que permita a aprovação das reformas estruturais necessárias para fazer o país avançar. “É imprescindível que os eleitos – o presidente da República, os governadores e os parlamentares – tenham liderança, ação e capacidade de negociação”, afirma.

O presidente da CNI destaca que, a exemplo do que sempre fez, a indústria está disposta a contribuir e a dialogar com o novo governo para viabilizar as mudanças.

“É preciso que todo o país se una para buscar o ressurgimento de um círculo virtuoso, baseado na economia de mercado, no respeito aos contratos, na justiça social e no fortalecimento da democracia”, ressalta Robson Andrade.

“Não devemos perder a confiança na nossa capacidade de construir um país mais próspero, justo, com educação e saúde de qualidade, segurança pública e equilíbrio ambiental. ”

Na avaliação da indústria, o presidente eleito precisa concentrar a atuação do seu governo em três frentes prioritárias, que são as seguintes:

EQUILÍBRIO DURADOURO DAS CONTAS PÚBLICAS

Com o controle rigoroso dos gastos, a eliminação do déficit e a consequente redução da dívida pública, o Brasil poderá criar condições para um novo de crescimento sustentável, ao tirar de cena a principal fonte de incerteza da economia.

Por isso, a expectativa da CNI é que o presidente eleito use o capital político das urnas para manter o “teto dos gastos” aprovado no atual governo e prosseguir com a reforma da Previdência, buscando eliminar as sérias distorções do sistema. É preciso fixar regras iguais para todas as categorias de trabalhadores, públicos ou privados e adotar a idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição e combater privilégios e injustiças.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA COMPETITIVIDADE

O aumento da competitividade das empresas brasileiras depende da eficiência do estado, da ampliação e modernização da infraestrutura, da reforma tributária e de um amplo programa de redução da burocracia. É preciso melhorar a qualidade dos serviços públicos, desburocratizar os procedimentos tributários e os processos de licenciamento ambiental, de relações do trabalho e de comércio exterior.

O novo governo precisa encaminhar uma reforma tributária, que simplifique o sistema, desonere os investimentos e as exportações, eliminando as distorções e a cumulatividade de impostos, bem como buscando a unificação dos tributos por meio da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Outras medidas necessárias são ações para atacar as distorções que dificultam o acesso ao crédito e elevam os custos dos financiamentos.

INVESTIMENTOS E TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

A recuperação do investimento, decisiva para o país superar a crise e voltar a crescer de forma sustentada, depende da melhoria da qualidade da governança, de marcos regulatórios adequados e do aumento da segurança jurídica. É imprescindível, ainda, evitar conflito e superposição de poderes e atribuições entre os diversos órgãos do governo. Na área de infraestrutura, por exemplo, seria necessário que os investimentos representassem, pelo menos, 4% do PIB ao ano – o dobro da média atual.

Para isso, é fundamental a intensificação dos programas de concessão, privatização e de autorizações. Para garantir a atração de agentes privados, além de um retorno que

cubra o custo de capital do investidor, é necessário mitigar riscos legais, contratuais, regulatórios e relativos ao ambiente de negócios. É preciso ainda sinalizar e coordenar iniciativas facilitadoras do processo de transformação estrutural, em direção à Indústria 4.0 e ao aumento da capacidade da produtividade e da capacidade de inovar.

Essas e outras propostas fazem parte dos 42 documentos que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou a todos os candidatos à Presidência da República durante o processo eleitoral deste ano. As íntegras de todos os documentos, com diagnósticos e propostas de soluções para os diversos setores, estão disponíveis no Portal da Indústria.

Artigo: Um ministério à altura do setor industrial

30/10/2018 – Fonte: CNI (publicado em 29-10-2018)

Em artigo publicado no portal O Globo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ressalta que é imperativo que o governo não só mantenha, mas fortaleça o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Simplificações administrativas são, teoricamente, bem-vindas, mas é preciso avaliar, com muita cautela e pragmatismo, se o enxugamento da estrutura não vai prejudicar a atividade econômica, em vez de ajudá-la. A ideia, surgida no contexto da campanha presidencial, de extinguir o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) preocupa o setor industrial. No momento em que o mundo acelera rumo à Quarta Revolução Industrial, é imprescindível uma instância ministerial forte para elaborar, executar e coordenar as políticas públicas nessa área, monitorando seus impactos.

O MDIC não pode ser visto como uma instituição transitória. Ao contrário, precisa ser elevado ao patamar de organismo essencial a qualquer governo, integrando uma política de Estado. O ministério — responsável por temas importantes, como desenvolvimento industrial, inovação, micro e pequenas empresas, comércio exterior, comércio interno e serviços — deve ser parte da equipe econômica, mas como órgão autônomo. Dessa forma, pode trazer para o processo de tomada de decisão a perspectiva da competitividade, da geração de empregos e da ampliação da renda.

Nesse debate, é importante lembrar a nossa história. A versão original do MDIC, batizada de Ministério da Indústria e Comércio, foi criada por ninguém menos que Juscelino Kubitschek, o presidente brasileiro que simbolizou um esforço comum de desenvolvimento e modernização. Ao longo de décadas, o ministério foi chefiado por importantes lideranças políticas e empresariais, como Ulysses Guimarães.

Contudo, o MDIC foi extinto no governo do presidente Fernando Collor, que considerava a abertura comercial unilateral a única política industrial (se é que o termo pode ser usado nesse caso) viável. Naquela época, a abertura sem planejamento adequado — e sem contrapartida na ampliação de mercados para a exportação, por meio da negociação de acordos comerciais — desorganizou a indústria.

Milhares de empresas foram dizimadas; muitos empregos, destruídos; e vários setores, desnacionalizados. Os ganhos de produtividade, no entanto, foram baixos diante do custo social dessa iniciativa equivocada. Ainda assim, o avanço nesse campo

foi pontual, pois as medidas necessárias para aumentar a competitividade da economia não foram tomadas, de modo que a produtividade ficou praticamente estagnada nas duas décadas seguintes.

No complexo cenário atual, quando ainda estamos sentindo os terríveis reflexos da mais profunda e duradoura crise econômica da nossa história, não podemos cometer novos erros.

É imperativo que o governo não só mantenha, mas fortaleça o MDIC. Precisamos de um ministério com um papel específico, que não seja atrelado à Fazenda, mais preocupada em arrecadar impostos e administrar as contas públicas. Esse ministério reforçado deve contar com os instrumentos adequados para conduzir as políticas públicas apropriadas ao crescimento do setor industrial.

O próximo governo tem o desafio incontornável de recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social. As ações necessárias para atingir esse objetivo são claras.

Será indispensável avançar nas reformas, sobretudo a da Previdência Social e a tributária, desburocratizar e garantir segurança jurídica à atividade econômica, tornar o governo mais eficiente na oferta de serviços públicos, viabilizar investimentos na infraestrutura, em parceria com o setor privado, promover o aumento da produtividade e ampliar a inserção internacional do país.

No entanto, o desenvolvimento só se tornará realidade se houver, por parte do governo, atenção à indústria. O setor industrial deve estar no centro da estratégia do esforço para sairmos da crise — e as razões são evidentes. A indústria contribui com R\$ 1,2 trilhão para a economia brasileira.

Apesar de representar 21% do PIB do país, o setor responde por 51% das exportações, 68% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento feitos pelo setor privado, 32% da arrecadação de tributos federais e 25% da arrecadação previdenciária. Na indústria, cada R\$ 1 produzido gera outros R\$ 2,32. Na agricultura, esse efeito é de R\$ 1,67 e, em serviços, de R\$ 1,51.

A indústria emprega 9,6 milhões de brasileiros — e paga melhores salários. O salário de um trabalhador com o ensino médio completo é de R\$ 1.989. Na indústria, ele recebe R\$ 2.291.

Quem possui o ensino superior tem salário médio de R\$ 5.476. Na indústria, esse trabalhador com maior qualificação recebe R\$ 7.374. Ou seja, sem desenvolvimento industrial, o Brasil não conseguirá trilhar o caminho do crescimento econômico sustentado, com geração de bons empregos e ampliação da renda.

Da mesma forma como ninguém cogita acabar com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o setor industrial espera que, de uma vez por todas, a discussão sobre a extinção do MDIC seja encerrada. Nenhuma grande economia do mundo abre mão de ter um ministério responsável pela indústria e pelo comércio exterior forte e atuante.

Desde a crise de 2008 e o impacto da Indústria 4.0, aumentou o número de países com ministérios específicos e estratégias industriais. A Inglaterra, por exemplo, voltou a incluir um dos seus órgãos estatais voltados para temas empresariais — seu nome é Departamento para os Negócios, Energia e Estratégia Industrial.

Os Estados Unidos, que são tidos como referência de liberalismo econômico, empreendem uma política industrial ampla e consistente, com um Departamento de Comércio que foi reforçado pelo governo Donald Trump para, justamente, cumprir essa função.

A eventual perda de status do MDIC colocaria o Brasil, portanto, na contramão dessa tendência e reduziria a nossa capacidade em negociações internacionais. Além disso, a excessiva concentração de funções em um único ministério reduziria a atenção sobre temas que são cruciais para a indústria, que ficariam diluídos em meio aos incêndios que cotidianamente desafiam a gestão macroeconômica.

Por tudo isso, é fundamental que o próximo governo siga a boa prática internacional, que prioriza o fortalecimento do setor industrial. Sem uma indústria forte, não será possível alcançarmos o Brasil que desejamos para nós e para as futuras gerações.

Robson Braga de Andrade - presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Entidades empresariais pedem união e defendem reformas após eleição de Bolsonaro

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Para CNI, equilíbrio das contas públicas e melhora do ambiente de negócios devem ser prioridade

Associações empresariais pediram união e defenderam a necessidade de controle de gastos públicos e de reformas após a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para a Presidência da República.

Em nota, Robson Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), disse que Bolsonaro, ao assumir o governo, deve unir os brasileiros e enfrentar, de forma serena e determinada, os enormes desafios que o Brasil tem para voltar a crescer e a criar empregos.

“Tenho a certeza de que, com a aceleração das reformas econômicas e institucionais, como a da Previdência e a tributária, o país se fortalecerá e construirá, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional”, afirma

Para a confederação, o governo deve priorizar os tópicos equilíbrio das contas públicas, melhoria do ambiente de negócios (modernização da infraestrutura, tributária e burocrática) e atração de investimentos para transformação estrutural.

A Apas disse que as eleições deste ano foram as que trouxeram posições mais radicalizadas entre os candidatos e diz esperar que os eleitos entendam que governará para todos e não para parte ou para setores da sociedade.

A entidade diz que exercerá seu papel cobrando ações prometidas pelos eleitos. Afirma que, em São Paulo, as propostas do governador eleito João Doria (PSDB) vão na direção do aumento do emprego. Entre elas estão ampliação da atuação da Agência de Desenvolvimento de São Paulo (Desenvolve SP) para o estímulo aos financiamentos e investimentos em micro e pequenas empresas, o programa de desestatização e a simplificação do processo de abertura e regularização de empresas.

O setor supermercadista afirma que, no plano federal, as ações propostas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro que estão em linha com o crescimento são os princípios do liberalismo, em que a livre concorrência é estimulada, e a busca pelo equilíbrio das contas públicas do governo.

Também por meio de nota, José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), disse que chegou a hora da trégua para que se construa um país com justiça social, segurança jurídica e oportunidades para todos, baseada no emprego digno.

A Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) disse que, terminado o processo eleitoral, é hora de juntar forças em torno de objetivos comuns, medidas que permitam o avanço socioeconômico do Brasil.

"Queremos manter com o futuro governo o mesmo diálogo aberto, franco e construtivo que tem pautado nossa relação com as autoridades ao longo da nossa história", afirmou a associação.

A CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas) cumprimentou Bolsonaro em nota e disse que é preciso, urgentemente, reduzir a burocracia e simplificar os processos que envolvem abertura, funcionamento e inovação das empresas.

Além disso, a confederação pede que se avance no desenvolvimento de políticas relacionadas à segurança pública, à infraestrutura e ao acesso a crédito.

A Vale também se manifestou a respeito das eleições, parabenizando os eleitos e comemorando a transparência e legitimidade no processo eleitoral.

"O tempo agora é de união. Precisamos direcionar esforços para vencer grandes obstáculos e construir, em torno de objetivos e desafios comuns, uma agenda positiva que leve o País ao crescimento sustentável com melhores condições de educação, trabalho, saúde e segurança."

Em oposição a Bolsonaro, a Força Sindical se manifestou afirmando respeitar sua eleição em texto assinado por seu presidente, Miguel Torres.

"Respeitamos o resultado eleitoral e desejamos que o eleito, em cumprimento aos primados democráticos da nossa Constituição, possa recolocar o País no rumo do desenvolvimento, do respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores, aos direitos individuais e à imprensa livre passando a falar para todos os brasileiros, e não somente para o seu eleitorado, posição esta que deve ser, também, das forças de oposição."

A entidade afirma que irá saeguir representando os trabalhadores e sua luta por emprego decente, por aposentadoria justa, pela retomada do crescimento e em defesa do patrimônio nacional.

Empresas ampliam opções em cartões de benefícios para trabalhadores

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 29-10-2018)

De olho em companhias que precisam de mais fluxo de caixa e em trabalhadores que penam para que o salário dure até o fim do mês, empresas de benefícios têm ampliado a gama de recursos oferecidos em cartões pré-pagos de antecipação salarial. Com eles, funcionários podem fazer compras em estabelecimentos ou redes parceiras – e o montante gasto é descontado em folha no mês seguinte.

Especialistas afirmam que o cartão pode ser um aliado, mas deve ser usado com moderação, para que não se crie uma relação de dependência que comprometa a renda e leve a novas dívidas.

A Sodexo, que atua no setor de vales alimentação e refeição, lançou no mês passado um novo produto em parceria com a Wex, empresa global em soluções de pagamentos corporativos.

Trata-se de um cartão de adiantamento de até 30% do salário que permite ao trabalhador fazer compras, saques em caixas eletrônicos, pagamento de contas, transferências bancárias e recargas de celular. Iniciativas como essa formalizam o

popular "vale": quando o patrão adiantava o salário do empregado e descontava o valor no mês seguinte.

O produto da Sodexo funciona da seguinte maneira: o trabalhador usa o cartão e depois tem os valores descontados na próxima folha de pagamento.

Segundo o vice-presidente de produtos, serviços e tecnologia da Sodexo Benefícios e Incentivos, Stener Navarro, o funcionário não tem nenhum custo para ter o cartão ou para fazer compras. Mas, se optar por saques em caixas eletrônicos ou transferências, há uma taxa de R\$ 8. Se o trabalhador quiser parcelar o pagamento da transação, a taxa de juros será de 8,9% ao mês.

Desde o lançamento, cerca de cem empresas já demonstraram interesse pelo produto. "Esse cartão ajuda no fluxo de caixa das companhias, que têm tido problemas de capital de giro desde a crise econômica, além de dar suporte ao trabalhador na organização financeira, podendo contribuir para reduzir a inadimplência no País", diz Navarro. Quem tem o cartão também tem acesso a um serviço gratuito de orientação financeira por telefone, aconselhamento jurídico e suporte social.

Já a Ticket resolveu apostar no setor de saúde. O cartão de adiantamento salarial, o Ticket Plus, já tem 18 anos, mas foi no início deste ano que a empresa passou a oferecer descontos de até 60% em mais de 40 mil farmácias e em serviços médicos de uma clínica parceira.

"Com o cartão, ela pode definir a porcentagem que o funcionário pode gastar – e ele, dependendo do dia da compra, tem até 40 dias para pagar", diz Adriana Serra, diretora de produtos da Ticket. Ela afirma que o cartão já tem mais de 1 milhão de usuários, concentrados em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

A rede Alelo lançou seu cartão de antecipação no início de 2017 depois de uma pesquisa mostrar que o vale alimentação acabava no quarto dia útil após o recebimento e o de refeição, no 21.º dia. "Os funcionários ficavam quase metade do mês descobertos", afirma o diretor de marketing e produtos da Alelo, André Turquetto.

O produto, no entanto, apenas pode ser usado na rede Alelo, que inclui mais de 500 mil estabelecimentos de alimentação, combustíveis, farmácia e entretenimento, entre outros. Com a nova lei trabalhista, muitas empresas têm usado o cartão para dar alguns benefícios, a título de auxílio, aos funcionários, sem a incidência de impostos.

Por exemplo: num dissídio, a empresa pode dar um aumento menor e complementar com um benefício no cartão. Nesse caso, a empresa define um valor e onde o funcionário pode gastar, como farmácia, por exemplo.

Em um ano, a Alelo já emitiu 300 mil cartões, com gasto médio de R\$ 350 cada. "O objetivo é triplicar esse número até o fim de 2019", diz Turquetto. Nesse caso, o ganho da Alelo vem dos estabelecimentos comerciais em que os trabalhadores fazem suas transações. Na Sodexo, a remuneração é feita pela parceira Wex, que paga um percentual sobre todas as compras e transações financeiras feitas pelos trabalhadores.

Perfil

Segundo levantamento da Multibenefícios, unidade de negócios do GPA que também oferece um cartão de adiantamento, 80% dos funcionários que utilizam esse crédito antecipado compram alimentos. Além disso, 71% são os responsáveis pela manutenção da casa e ganham de um a cinco salários mínimos.

"Fazem uso desse benefício principalmente chefes de família, pois embora o benefício esteja estendido a toda a rede, física e online, percebe-se um consumo de itens básicos", aponta Sheila Moura, gerente geral de Multibenefícios. "Notamos, porém,

que em épocas específicas, como a Black Friday, se destaca um perfil mais jovem, que aproveita adiantamento para usufruir de grandes promoções, como de eletrônicos.”

Paula Sauer, planejadora financeira certificada pela Planejar, observa que essa modalidade de antecipação pode ser vantajosa sobretudo se a rede conveniada oferecer descontos, mas pode virar uma armadilha para quem não se organiza. “O trabalhador não pode esquecer que, no mês seguinte, terá um salário ainda menor”, diz.

Ela ressalta que, em geral, o trabalhador não faz contas com o salário líquido, mas sim com o bruto – o que já leva a uma distorção. “O perigo é não ter disciplina e cair no piloto automático. Pois aí, se o dinheiro no mês seguinte não for suficiente, o trabalhador pode se endividar.”

Confiança dos empresários cresce 0,9 ponto em outubro, diz FGV

30/10/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 29-10-2018)

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 0,9 ponto em outubro e chegou a 90,7 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. O indicador é calculado com base em entrevistas com empresários da indústria, comércio, serviços e construção civil.

O Índice de Situação Atual, que mede a confiança no momento presente, caiu 0,3 ponto, para 87,6 pontos, mas o Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, avançou 0,4 ponto, para 96,6 pontos.

Entre os setores, houve recuo da confiança apenas entre os empresários da indústria (2 pontos). Os empresários do comércio foram os que apresentaram maior crescimento da confiança: 3,8 pontos.

Número de empresas inadimplentes no país cresce 9,39% em setembro

30/10/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 29-10-2018)

Levantamento feito pela Federação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostra o crescimento no número de empresas com contas em atraso em setembro, registrando alta de 9,39% na comparação com o mesmo período no ano passado. Já na comparação mensal de agosto para setembro deste ano, houve crescimento modesto de 0,56%.

Os dados do Indicador de Inadimplência da Pessoa Jurídica revelam que a região com o maior volume de empresas devedoras foi o Sudeste, cujo crescimento foi de 17,16% na comparação anual. Na sequência, entram as regiões Sul, com 4,60%; Centro-Oeste, com 4,38%; Nordeste, com 2,78%; e Norte, com 1,83%.

O indicador revela que o número de dívidas em atraso, no nome de pessoas jurídicas, também acelerou em setembro, com alta de 7,25% na comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com o estudo, o setor de serviços foi o ramo credor que registrou o maior crescimento da inadimplência de pessoas jurídicas, apresentando variação de 9,4%, seguido pela indústria (5,7%) e comércio (2,2%).

Considerando as empresas devedoras, a maior parte atua no comércio (46%), seguida do ramo de serviços (40%) e indústrias (9%). Do ponto de vista dos credores – aqueles que deixam de receber – somente as empresas de setor de serviços respondem por 70% do total das dívidas. Na sequência, estão o comércio (17%) e as indústrias (12%). A média é de duas dívidas para cada empresa inadimplente.

Segundo o SPC Brasil, as dificuldades econômicas persistem mesmo com o fim da recessão.

A entidade afirma que o desemprego elevado e a consequente queda no faturamento das empresas são os principais fatores que puxam o crescimento no número de empresas inadimplentes.

Recuperação de crédito para pessoa jurídica

De acordo com o índice, houve alta de 3% no número de empresas que conseguiu recuperar o crédito acumulado de um ano. A alta foi puxada pela Região Sudeste, onde o volume de quitação de dívidas das empresas cresceu 13,8% nos últimos 12 meses. Nas demais regiões, houve registro de queda: Nordeste registrou -7,9%, Norte e Sul, -5,7%, e Centro-Oeste, -0,3%.

Consulta ao indicador pode ser feita nas bases de dados do CNDL e do SPC Brasil. As informações disponíveis referem-se a capitais e interior das 27 unidades da federação.

Abertura econômica abrupta é risco para receita e emprego na indústria

30/10/2018 – Fonte: DCI

Embora a agenda de Jair Bolsonaro (PSL) para o setor industrial ainda não esteja clara, entidades acreditam que a equipe do novo presidente eleito terá que promover uma transição gradual



Entidades temem que alguns setores se tornem meros importadores diante de abertura comercial

Para colocar em prática o discurso de abertura econômica sem causar queda do faturamento e desemprego na indústria, a equipe do novo governo eleito de Jair Bolsonaro (PSL) terá como principal desafio uma transição gradual.

O consenso entre entidades setoriais e analistas é que ainda não há uma clareza sobre a política industrial a ser adotada por Bolsonaro.

“Não tem nada tão definido. Aparentemente há um viés de maior abertura comercial, redução de tarifas, maior competitividade e retirada de barreiras tarifárias e não tarifárias”, avalia a professora de economia do Insper, Juliana Inhasz.

No entanto, seu provável ministro da Fazenda, Paulo Guedes, já comentou que o Mercosul não será prioridade, em meio a um cenário em que a Argentina é destino da grande maioria dos produtos manufaturados exportados pelo Brasil.

“Tirar a proteção de alguns setores de uma hora para outra pode gerar uma forte queda da receita das indústrias e causar um desemprego muito grande”, afirma o economista da Macrosector, Fábio Silveira. Dentre os principais prejudicados de uma abertura abrupta, ele aponta o segmento de autopeças. “Na década de 1990, a abertura repentina do ex-presidente Fernando Collor levou à falência de diversas fábricas do ramo.”

Em comunicado, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) afirmou esperar que o novo governo promova “soluções urgentes” e que “construa e execute uma agenda de desenvolvimento sustentável, fortaleça a indústria, faça o ajuste das contas públicas e a retomada do crescimento da economia.”

Silveira ressalta que a proposta aventada pela equipe de Bolsonaro durante a campanha eleitoral de redução do imposto de importação para uma lista de produtos para “dar competitividade à indústria” poderia prejudicar fortemente a produção local. “Principalmente no setor automotivo e de eletroeletrônicos, corremos o risco de nos tornarmos importadores.”

O economista salienta que o novo governo precisará tratar a indústria de maneira global e não privilegiar segmentos específicos como no passado recente. “Renúncias fiscais de maneira isolada causam distorções sem uma reforma tributária”, complementa. Outro setor importante para a indústria, o de máquinas e equipamentos, se mostra otimista.

“O Brasil está pronto para voltar a crescer, reduziu a alavancagem das empresas, que há dois anos era muito alta. A vitória de Jair Bolsonaro traz confiança, que é importante para os investimentos do setor”, afirmou ao **DCI** o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso.

Porém, ele faz alguns alertas. “O maior problema do Brasil é a questão fiscal. Hoje, não é compatível empreender no País, pelos juros de capital de giro e investimentos. Outra questão é a necessidade de uma reforma tributária que traga simplificação, justiça e uma carga mais moderada para indústria.”

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) declarou que a expectativa é que o presidente promova as reformas estruturais necessárias para fazer o País avançar. Já para o professor dos MBAs da FGV, Mauro Rochlin, Bolsonaro tentará fazer a reforma da previdência, que não foi concluída pelo governo Temer.

“Isso representa um ajuste fiscal pelo qual o mercado está aflito. O que ainda não sabemos é qual a força política que Bolsonaro terá e qual alcance essas reformas vão ter. Precisaremos esperar para ver qual cacife e disposição política ele vai ter.”

Mina de ouro

A indústria mineral, cujo peso na balança comercial do Brasil é significativo, espera uma interlocução maior com o novo governo.

“A equipe do Bolsonaro sinaliza fortalecimento da iniciativa privada para investimentos na mineração. Mas é preciso desburocratizar a atividade, esclarecer a questão ambiental e melhorar a infraestrutura para escoamento do minério”, avalia o conselheiro da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), Luiz Vessani.

Para ele, o diálogo com a iniciativa privada é fundamental. “Vivemos 14 anos de obscurantismo no setor e mais dois anos de nebulosidade. Agora, o cenário se mostra mais claro.”

Poderia ver um acordo comercial com o Brasil, em governo Bolsonaro, diz Trump

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou, em entrevista veiculada na noite de ontem pela rede Fox News, que existe a possibilidade de um acordo comercial

com o Brasil, em uma futura gestão do presidente eleito Jair Bolsonaro. Durante a entrevista, Trump foi questionado sobre o telefonema com o político brasileiro.

“Foi ótimo, tivemos uma ótima conversa por telefone”, comentou Trump. Perguntado sobre a possibilidade de um acordo comercial, respondeu: “Sim, eu poderia ver isso acontecer.”

Ao mesmo tempo, Trump voltou a questionar o comportamento brasileiro na área comercial. “O Brasil tem nos tratado de modo muito duro porque eles cobram tarifas muito grandes. O Brasil tem sido muito duro. Então, poderemos resolver isso”, afirmou.

Trump ainda disse ter falado a Bolsonaro que “fica honrado” com o fato de que o presidente eleito do País seja qualificado por alguns como o “Trump brasileiro”.

Sondagem de setembro aponta estagnação da construção civil

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 29-10-2018)

O setor de construção civil não apresenta sinais de recuperação. Ao contrário, mostra estagnação e cautela. É o que revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Sondagem Indústria da Construção de setembro, divulgada nesta tarde de segunda-feira, 29.

A produção e o emprego no setor fecharam o trimestre com resultados negativos. O índice de nível de atividade recuou de 47,8 pontos em agosto para 45,7 pontos em setembro, e o de emprego foi para 45,1 pontos em setembro, ante 46,1 pontos em agosto. Os indicadores variam de zero a cem pontos e, quando estão abaixo dos 50 pontos, mostram retração.

De acordo com o levantamento, a ociosidade na construção caiu um pouco em setembro, com o Índice de Utilização da Capacidade de Operação (UCO) em 61%, um ponto porcentual superior em relação ao mês anterior e o maior nível deste ano. Mesmo assim, ressalta a entidade, o setor mantém uma elevada ociosidade, com 39% das máquinas, equipamentos e pessoal parados.

“O setor enfrenta uma série de problemas, como a baixa demanda, burocracia excessiva e situação financeira delicada. Além disso, há a incerteza com relação aos próximos meses. Por isso, os dados mostram sinais de estagnação e cautela”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo. O estudo classifica o fraco desempenho do setor “provavelmente como consequência das incertezas eleitorais em setembro e outubro”.

A sondagem mostra ainda que as expectativas do setor para o curto prazo continuam fracas, o que comprova “um certo pessimismo”. Com pequenas oscilações em relação ao estudo anterior, os indicadores de expectativas para os próximos seis meses se mantiveram próximos da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo.

O otimismo com o nível de atividade subiu 0,7 ponto e ficou em 51 pontos e o com novos empreendimentos e serviços caiu 0,4 ponto e alcançou 50 pontos. O índice de expectativa de número de empregados caiu para 49 pontos e o de compra de matérias-primas e insumos alcançou 49,5 pontos.

“As expectativas para os próximos seis meses não apresentam bons resultados e comprovam um certo pessimismo do setor”, diz a pesquisa. “Com isso, a disposição dos empresários para investir continua baixa. O índice de intenção de investimentos ficou estagnado em 32,5 pontos, inferior à média histórica de 33,6 pontos”.

Ainda segundo a pesquisa, o Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Construção subiu 1,3 ponto, chegando a 52,1 pontos em setembro, mas ainda abaixo da média histórica, que é de 52,9 pontos. O indicador varia de zero a cem pontos. Dados acima de 50 mostram que os empresários estão confiantes.

Problemas

Dentre os principais problemas enfrentados pelo setor e destacados na pesquisa, estão a elevada carga tributária, com 40,2% das menções; a demanda interna insuficiente, com 34,7% das respostas; e a burocracia excessiva, com 27,9% das reclamações.

A lista de problemas ainda inclui, por exemplo, falta de capital de giro, inadimplência da clientela, licenciamento ambiental, juros elevados, falta ou alto custo de trabalhador qualificado.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 15 de outubro com 569 empresas, das quais 196 são pequenas, 248 são médias e 125 são de grande porte.

Bolsonaro diz que vai conversar com Temer para tentar aprovar parte da reforma da Previdência

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Presidente eleito afirma que tratará do assunto em reunião com Temer na próxima semana

Nesta segunda (29), em sua primeira entrevista à imprensa após a eleição, para a TV Record, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que vai conversar com o presidente Michel Temer para tentar aprovar "ao menos parte" da reforma da Previdência ainda em 2018, antes de assumir o cargo.

"Semana que vem estaremos em Brasília e tentaremos junto ao atual governo de Michel Temer aprovar alguma coisa. Senão toda a reforma da Previdência, ao menos parte, para evitar problemas para um futuro governo", afirmou.

Em entrevista ao SBT, Bolsonaro disse que sua proposta para modificar o sistema de aposentadoria brasileiro é um pouco diferente do apresentado pelo governo de Michel Temer.

"Nós vamos procurar o governo e vamos procurar salvar alguma coisa desta reforma. A forma como ela está sendo proposta, não adianta eu ser favorável ou o general [Hamilton Mourão] ser favorável. Nós temos que ver o que pode ser aprovado, o que passa pela Câmara e pelo Senado", afirmou. Nesta noite, o presidente eleito deu entrevista às três emissoras de TV (Record, SBT e Globo).

Em entrevista à Record, Bolsonaro afirmou ainda que vai pedir ao atual Congresso que evite "pautas bobas que aumentem ainda mais esse déficit, sob o risco de o Brasil entrar em colapso".

"As conversas já começaram. Muitos partidos vieram conversar comigo."

Ainda sobre suas decisões futuras para a área econômica, o presidente eleito afirmou que iniciará o processo de privatização pelas estatais que são deficitárias e disse que as empresas públicas que não cumprirem metas estarão sujeitas a serem vendidas à iniciativa privada.

Bolsonaro também concordou com a avaliação feita na noite de domingo pelo economista Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda do governo do capitão da reserva do Exército, de que o Mercosul não deve ser prioridade do futuro governo.

Para o presidente eleito, o bloco comercial "tem sua importância, mas está supervalorizado".

Ao tratar sobre comércio exterior, Bolsonaro defendeu a ampliação das relações com os Estados Unidos.

Ele disse, inclusive, que a conversa que teve por telefone com o presidente dos EUA, Donald Trump, na véspera foi mais longa do que a que teve com outros líderes mundiais.

Temer estaria disposto a tentar votar Previdência, mas iniciativa deve partir de Bolsonaro, diz Padilha

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Mais cedo, braço direito do presidente eleito afirmou que texto atual era 'remendo'

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta segunda-feira (29) que o governo do presidente Michel Temer está disposto a fazer um "esforço" para votar ainda neste ano a reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, mas ressaltou que a iniciativa para reacender o assunto deve partir do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Padilha, que comandará, pelo lado da atual gestão, o processo de transição de governo, disse que o primeiro encontro ocorrerá na quarta-feira, com o provável coordenador da equipe do novo governo, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), já anunciado por Bolsonaro para a Casa Civil.

"O presidente disse que estava disposto — se for do interesse do novo presidente e do novo governo— de fazer um esforço para que se possa ter ainda neste ano a votação da Previdência ao menos na Câmara dos Deputados", disse Padilha a jornalistas.

"A vontade do presidente permanece, mas esta é uma provocação que tem que partir do presidente eleito", acrescentou.

Para o ministro, a reforma está "pronta", e é peça fundamental para o ajuste fiscal, mas ponderou que não cabe a ele opinar sobre o que o novo governo deve fazer. Mais cedo, em entrevista à rádio CBN, Onyx defendeu que a reforma seja feita "de uma única vez", com Bolsonaro já empossado.

"A gente tem que ter clareza de que aquilo que foi proposto pelo atual governo era apenas um remendo com o objetivo de fazer um ajuste curto de caixa, que não duraria cinco anos", disse o braço direito de Bolsonaro à rádio.

Segundo Padilha, a equipe de transição poderá contar com até 50 cargos remunerados e terá acesso a um programa informatizado com todos os dados do governo, incluindo as contas públicas e a composição da máquina administrativa.

Padilha calcula, por exemplo, que Bolsonaro terá à sua disposição 10 mil cargos comissionados. Ele explica que a atual gestão cortou 4.500 cargos dos 24 mil existentes. Uma parte dos que restaram será destinados a servidores de carreira.

"Acabaram ficando de livre disposição da Presidência da República cerca de 10 mil cargos", disse Padilha.

A intenção de Bolsonaro, segundo Onyx, é cortar pela metade os cargos comissionados.

Em carta, Guardia defenderá teto e reforma da Previdência de Temer

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Para ministro da Fazenda, ajuste fiscal rápido de Paulo Guedes só é viável com alta de impostos

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, divulgará nos próximos dias uma carta aberta em defesa da preservação do que considera o principal legado da atual equipe econômica: o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo à inflação.

A avaliação dentro do Ministério da Fazenda é que a ideia de um ajuste fiscal rápido, como defende o coordenador econômico do próximo governo, Paulo Guedes, só é viável através de aumento de impostos.

Aprovado em 2016, o teto foi pensado em um contexto de ajuste de longo prazo das contas públicas, com validade de 10 anos.



Eduardo Guardia é Ministro da Fazenda do governo de Michel Temer - Pedro Ladeira/Folhapress

Ou seja, um caminho diferente do proposto por Guedes, que já manifestou ambição de zerar o déficit primário já em 2019 através de privatizações de empresas estatais.

Segundo pessoas próximas às conversas, o economista já ouviu do próprio Guardia que isso não será possível, entre outros motivos pela burocracia envolvida no processo de desestatização de estatais.

O texto a ser tornado público nos próximos dias, segundo interlocutores do ministro, está pronto desde antes do segundo turno, e defende que o teto, duramente criticado durante a campanha presidencial, tornou o Orçamento real, desenhando um limite financeiro para as despesas.

O documento lista medidas essenciais que o próximo governo deve adotar para garantir o cumprimento do teto.

A primeira delas é a reforma da Previdência. O texto lembra que as mudanças propostas pelo projeto de lei atual, desenhado pela atual equipe, permitiriam economizar mais de R\$ 500 bilhões em uma década, e que os gastos com as aposentadorias crescem entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano.

Guedes já indicou que não votará a reforma da Previdência da equipe atual. O futuro ministro da Casa Civil do novo governo, Onyx Lorenzoni, chegou a classificar o projeto como "ruim, uma porcaria".

Além da necessidade da reforma das aposentadorias como forma de cumprir o teto, a carta apontará também que um dos caminhos para garantir a responsabilidade fiscal nos próximos anos é realizar mudanças na política de concessão de subsídios

tributários. Em 2019, o governo deixará de arrecadar R\$ 306,9 bilhões em tributos por causa dessas concessões, segundo cálculos da equipe econômica.

Este ano será o quinto consecutivo de déficit primário nas contas públicas, com um saldo negativo entre R\$ 140 bilhões e R\$ 150 bilhões. Para o ano que vem, a expectativa é de um novo déficit, limitado a uma meta de R\$ 139 bilhões.

O Ministério da Fazenda já enviou à Casa Civil, que é a responsável pela coordenação da transição entre os dois governos, um extenso documento em que informa quais são as agendas e prioridades da pasta a serem observadas nos primeiros 100 dias de governo.

Futuro ministro de Bolsonaro, Onyx diz que governo dará previsibilidade sobre câmbio

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Deputado descartou, no entanto, meta para câmbio

O futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), descartou a ideia de criação de meta para o câmbio, mas defendeu previsibilidade.

A meta foi defendida pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), em entrevista concedida às vésperas do segundo turno das eleições. Onyx disse que saberia falar do tema "conceitualmente".

"É o seguinte: se nós temos a situação de um país que precisa ter a inflação sob controle, você tem de ter variações para você aceitar que a inflação esteja dentro de uma variação conceitualmente razoável para manter emprego, trabalho e renda", afirmou.

"Do outro lado tem de ter juros, exatamente dentro de uma determinada variação, e isso é o que eu, veterinário, entendo conceitualmente. O economista chama Paulo Guedes."

Ao ser indagado sobre o papel do câmbio no crescimento da economia no próximo governo, o deputado disse que o governo de Jair Bolsonaro dará mais previsibilidade e segurança aos empresários.

Ele não explicou o que seria previsibilidade e segurança. Acrescentou ainda que não haverá uma meta sobre isso. Ao ser indagado novamente sobre qual seria a ideia de metas para o câmbio, Onyx pediu "trégua" para a imprensa.

Ele disse que os jornais tentaram destruir a candidatura de Bolsonaro nos últimos 12 meses, mas que agora é hora de deixar isso para o passado. Em entrevista por telefone ao Site Poder 360 na sexta-feira (26), Bolsonaro defendeu a adoção de uma dupla meta para o Banco Central, que olharia não só para a inflação, como é o procedimento atual, mas também para o câmbio.

Ele disse ainda que o BC precisa deixar a posição de mero espectador e deve atuar com inteligência. Como exemplo, citou a situação de um alimento em falta e seus efeitos sobre a inflação.

"De uma forma bem leiga: se um produto agrícola corre risco de faltar no mercado por alguma razão e isso pode representar uma alta da inflação, o comando do Banco Central terá de ter inteligência de apontar esse risco, e não apenas ficar sentado e aumentando a taxa de juros se a inflação sobe. Terá de ter iniciativa", disse ao site.

O futuro ministro afirmou também que os primeiros nomes que trabalharão na equipe econômica de Bolsonaro devem ser apresentados a partir desta terça-feira (30).

"Nós teremos amanhã uma conversa com o Paulo Guedes que já vai nos fornecer os primeiros nomes. Ele vai explicar para o presidente quais as áreas que nós precisamos ter os dados realistas do governo", disse Onyx.

"Temos primeiro que receber todos os números reais do desempenho econômico do governo, todos os compromissos de curtíssimo, médio e longo prazo", afirmou o deputado federal nesta segunda.

Ele não deixou claro se esses nomes devem atuar apenas na transição ou se já serão anunciados quais cargos ocuparão no futuro governo.

Assim como Onyx, Guedes está entre os três ministros anunciados por Bolsonaro durante a campanha presidencial. Ele assumirá o Ministério da Economia, estrutura que reunirá as pastas da Fazenda e do Planejamento.

O presidente eleito avalia ainda se o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços também ficará a cargo do economista ou se será independente.

O futuro chefe da Casa Civil disse que a economia será uma das prioridades do novo governo. "A área mais sensível e que vai ter a primeira atenção, não poderia ser diferente, é a área econômica."

Está prevista para esta terça uma reunião entre Bolsonaro, Onyx, Guedes e lideranças do PSL para discutir a formação do governo de transição.

O encontro será no Rio e, no dia seguinte, o deputado do DEM participará em Brasília de uma conversa com integrantes do governo Michel Temer.

Segundo Onyx, os primeiros técnicos já devem começar a trabalhar a partir de segunda-feira (5).

Ele chamou do processo transitório de "trocar a roda com o carro andando" e disse que sua equipe fará um levantamento sobre as licitações e concessões públicas.

Onyx disse que Bolsonaro apoia a ideia de um Banco Central com independência, mas não soube dizer se um projeto sobre o tema que está em tramitação no Senado atende ao desejo do presidente eleito.

Também não há uma definição sobre o ocupante do BC no novo governo.

Reação global a grandes empresas de tecnologia pode subdividir internet

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Governos cobram companhias com leis; saída a elas será cumprir e lançar diferentes produtos

As grandes empresas de tecnologia têm poder imenso sobre os corações e as mentes dos usuários — tão grande quanto o de muitos governos de países nos quais operam. Em todo o mundo, cidadãos, burocratas e políticos agora pressionam contra esse poder.

A reação adversa é dirigida aos gigantes da tecnologia dos EUA, como a Alphabet (controladora do Google), o Facebook e a Amazon, e aos efeitos de sua onipresença sobre pessoas e empresas.



Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook; ele depôs ao Congresso americano em abril deste ano - Brendan Smialowski/AFP

A resistência também inclui medidas da China contra empresas de tecnologia do país e a rejeição pela Índia de monopólios estrangeiros.

As maiores companhias de tecnologia atingem mais pessoas do que qualquer empresa já atingiu na história, e muitos indicadores apontam que elas cresceram em velocidade sem precedentes.

Elas mesmas argumentam que a tecnologia traz grandes benefícios às pessoas, mas tendem a consolidar seu poder e a causar problemas deliberados para concorrentes quando ingressam em um setor, de uma maneira que não víamos desde a Era Dourada do capitalismo do século 19.

À medida que a familiaridade das pessoas com a internet cresceu, suas opiniões tenderam a mudar do entusiasmo para a cautela. Uma pesquisa do Centro pela Inovação da Governança Internacional revela que no Quênia, por exemplo, as pessoas são positivas sobre o impacto da tecnologia, enquanto nos Estados Unidos e na Europa tendem a se preocupar.

“A familiaridade alimenta o desprezo”, diz Fen Hampson, diretor de segurança e política interacional do centro. A reação que vem se mobilizando tem o potencial de subdividir a internet, forçando grandes empresas a criar produtos e procedimentos separados para diferentes regiões.

A reação começou no Ocidente, onde as empresas atuam há mais tempo. Na União Europeia, esforços para controlar empresas que abusam de seu poder monopolista resultaram em uma multa recorde de US\$ 5 bilhões (R\$ 18,5 bilhões) contra o Google.

A Amazon pode ser a próxima, já que a Comissão de Competição do bloco investiga se a gigante do varejo eletrônico usa dados dos revendedores da plataforma de modo indevido.

Enquanto isso, o GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados, na sigla em inglês) gera um efeito profundo sobre o ecossistema publicitário e de coleta de dados na União Europeia.

A lei ainda não foi testada nos tribunais, mas, nos termos do regulamento, o Facebook poderia ficar exposto a uma multa recorde de US\$ 1,63 bilhões (R\$ 6 bilhões), pelo seu mais recente vazamento de dados pessoais.

Nos Estados Unidos, a criação de uma carta de direitos do internauta se tornou uma proposta importante para alguns democratas no Congresso. Colegas republicanos também começaram a aderir. A Califórnia já aprovou um projeto abrangente de lei de privacidade de dados, que deve entrar em vigor em 2020.

Em audiência no Senado dos EUA em setembro, executivos da Alphabet e da Amazon disseram concordar em que uma regulamentação da privacidade é necessária, assim como Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook.

Da mesma forma que empresas americanas adquiriram domínio sobre o mercado nos últimos dez anos, na China poucas companhias, entre as quais Alibaba, Tencent, Baidu e JD.com, conseguiram resultados semelhantes.

No passado, o governo chinês estava satisfeito em incentivar o desenvolvimento de companhias desde que cumprissem suas imposições de censura. Agora, adota um papel mais intrusivo em seus negócios cotidianos.

As autoridades estão forçando a Ant Financial, a empresa de serviços de pagamentos do Alibaba, a usar o critério governamental de classificação de crédito, e não o da companhia, nas decisões de crédito.

O pior cenário possível na China, diz Paul Triolo, analista da companhia de pesquisa Eurasia Group, é se Pequim estatizar algumas das gigantes chinesas de tecnologia. Se a guerra comercial com os Estados Unidos se agravar, e se os líderes sentirem que precisam transformar as empresas em instrumentos do Estado, isso será possível.

O chamado Grande Firewall da China na prática criou duas internets. Eric Schmidt, ex-presidente-executivo do Google, declarou recentemente que a separação entre essas duas internets só vai crescer.

Como não podem operar livremente na China, as companhias americanas precisam fazer com que seus negócios funcionem de modo uniforme em todos os outros mercados em que isso for possível, disse Paul Twomey, ex-presidente da Ican, organização sem fins lucrativos que administra o sistema mundial de domínios da internet.

Algumas gigantes da tecnologia já seguem esse caminho. A Microsoft anunciou que aplicará as normas do GDPR a todos os seus serviços, em todo o mundo. A Apple se posiciona há anos como empresa para a qual a proteção de dados e privacidade importam muito.

Empresas que dependem mais da obtenção de dados não são tão entusiastas. O Google vem combatendo esforços para exportar essas normas a outros países.

A lista de desejos do Google quanto a regulamentos “responsáveis” de proteção de dados inclui uma definição “flexível” para o que deve ser classificado como dados pessoais e nenhuma restrição à localização geográfica em que dados são armazenados.

O Facebook tentou contornar as regras de privacidade europeias oferecendo um escolha desconfortável aos seus usuários: abrir mão de alguns direitos ou deletar suas contas. A empresa não respondeu a pedidos de comentário.

Essa atitude se provará contraproducente, disse Twomey. Em parte isso acontece porque as leis de proteção de dados também se aplicam a outras empresas, como os bancos, que devem pressionar por regulamentação mundial harmonizada.

Para determinar para onde a reação contra o setor de tecnologia se encaminhará a seguir, é preciso prestar atenção à Índia, disse Twomey.

Quando o Facebook tentou, em 2016, permitir que usuários navegassem na rede social sem pagar pelos dados móveis, uma coalizão de ativistas indianos, e posteriormente o governo, se mobilizou para bloquear o programa. O que o Facebook via como beneficência os indianos viam como neocolonialismo.

Esse tipo de reação prenuncia um futuro no qual alguns países —pequenos demais para oferecer serviços comparáveis aos das gigantes americanas e chinesas —

negociarão com eles da maneira que puderem. Em alguns casos, a força para isso só surge depois de uma tragédia.

No Sri Lanka, o Facebook se recusou a aceitar avisos do governo sobre o uso da plataforma para incitar violência contra a minoria muçulmana. Depois que o país bloqueou acesso ao Facebook, a empresa prometeu que começaria a remover o conteúdo.

Taxa de desemprego fica em 11,9% no trimestre até setembro, revela IBGE

30/10/2018 – Fonte: Diário do Grande ABC

Em igual período de 2017, a taxa de desocupação medida pelo órgão estava em 12,4%. A taxa de desocupação no Brasil ficou em 11,9% no trimestre encerrado em setembro, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã desta terça-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado veio igual à mediana das estimativas do mercado financeiro, captadas pelo **Projeções Broadcast**. Assim, o resultado veio dentro do intervalo das expectativas, que ia de 11,7% e 12,3%.

Em igual período de 2017, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,4%. No trimestre encerrado em agosto, o resultado ficou em 12,1%. No trimestre encerrado em junho, a taxa era de 12,4%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.222 no trimestre terminado em setembro. O resultado representa alta 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ R\$ 200,7 bilhões no trimestre encerrado em setembro, alta de 2,2% ante igual período do ano anterior.

Bancos poderão reduzir limite do cartão de maus pagadores em menos de 30 dias

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Redução poderá ser feita em casos excepcionais, quando há deterioração do perfil de risco

O CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu nesta segunda-feira (29) que os bancos poderão reduzir o limite do cartão de crédito dos seus clientes antes de 30 dias de prazo, que era a regra em vigor até agora.

Isso poderá ser feito nos casos em que o perfil de risco de crédito do cliente piorar rapidamente. Até agora, as instituições financeiras tinham que avisar todos os correntistas, independentemente do perfil de crédito, que reduziriam o limite do cartão e esperar 30 dias para efetuar essa ação.



Cartões de crédito - Associated Press

"Com a mudança, o limite poderá ser reduzido mais rapidamente, em caráter excepcional, nos casos de deterioração do perfil de risco de crédito do cliente", afirmou o Banco Central. "Ao tornar mais eficiente o processo de gerenciamento de risco das instituições financeiras, há benefício para o usuário do sistema financeiro".

O BC afirmou que a expectativa é que a medida possa ajudar a reduzir o spread (diferença entre o que os bancos cobram para captar recursos e o que cobram na ponta).

"Essa medida permitirá uma gestão de risco mais apurada pelos bancos, o que evitará um eventual aumento de spread por essa razão", afirmou João André Pereira, chefe do departamento de regulação do Sistema Financeiro do Banco Central.

Fintechs permitem mobilidade financeira ao pequeno poupador

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Novos serviços digitais oferecidos por essas butiques de dinheiro facilitam acesso ao crédito e a aplicações

Um banco é uma espécie de supermercado de serviços relacionados ao uso, guarda e multiplicação do dinheiro. Lá é possível comprar legumes, carnes e bebidas: ter uma conta corrente, tomar empréstimos, aplicar a poupança, receber conselhos financeiros etc.

Fazer negócios em várias lojas menores em tese é caro. Uma quitanda pode ter frutas mais bonitas e diferentes, mas cobra mais pelos produtos. Circular pela cidade para fazer compras em lojas diferentes custa tempo, que também é dinheiro. Mais custoso ainda é pedir a um comerciante que procure este ou aquele produto, do modo como se quer, mais personalizado.

A metáfora pode ser velha, mas empresas novas tentam resolver esses problemas sem que se transformem em butiques caras.

A fim de cobrar menos do que os bancos, essas empresas recorrem à tecnologia e, cada vez mais, à inteligência artificial. Prestam serviços financeiros mais variados, novos e maleáveis. Ainda pouca gente usa, mas cada vez mais se ouve falar delas: são as fintechs.

A palavra significa simplesmente "tecnologias financeiras", instrumentos que tornam viável o serviço mais pessoal ou acessível e personalizado de uma quitanda —ou, se parecer mais chique, de uma butique.

As fintechs prestam serviços financeiros digitais, muitas vezes inventando a tecnologia, o serviço ou o modo de prestá-lo. Qual a diferença, se qualquer banco de porte oferece um monte de serviços financeiros pelo celular?

Primeira diferença em potencial ou em princípio: mobilidade. Isto é, ter uma conta corrente ou um meio de pagamento ("cartão") em uma fintech, receber conselhos financeiros de outra e tomar empréstimos de uma terceira. Ou talvez comprar e vender ações, por exemplo, sem precisar abrir uma conta em uma corretora, pagando caro por isso.

Segunda diferença: acesso. Um banco tradicional pode ser grande demais para prestar atenção a um pequeno empreendedor ou poupador —ou pode ser inacessível até no serviço mais básico, o de conta corrente e pagamentos, o que faz com que muita gente não tenha conta em banco.

Oportunidades de aplicação financeira mais sofisticadas por vezes são limitadas a correntistas com muito dinheiro. A tecnologia digital e a inteligência artificial podem arrumar soluções para os pequenos, a custos e riscos razoáveis; além do mais, tais empresas não têm os custos da imensa infraestrutura física (mesmo tecnológica) dos bancos.

Empresas dão 'match' entre quem tem e quem não dinheiro

Ao longo de meio milênio, boa parte do negócio de empréstimos foi concentrado nos bancos, que eram as instituições mais eficientes para fazê-lo. As fintechs podem ocupar parte do lugar dos bancos oferecendo esse serviço de um modo que no passado foi rudimentar e custoso, mas que agora pode ser ressuscitado com tecnologia.

Em uma economia primitiva, um empreendedor com uma oportunidade em vista, mas sem capital suficiente, tinha que bater de porta em porta a fim de levantar fundos para levar seu negócio adiante.

Tomar dinheiro emprestado era um processo lento, ineficiente e, portanto, caro e inseguro. Entre outras funções essenciais, os bancos assumiram o papel de intermediários financeiros. Isto é, grosso modo, juntam os depósitos e a poupança dos que têm dinheiro sobrando e emprestam tais fundos a quem precisa deles. Reduzem, assim, dois custos importantes.

Primeiro, o custo de casar, "dar match", aqueles que têm e os que não têm dinheiro, caso a caso. Por quê? Porque os bancos juntam todos esses recursos em uma espécie de fundo: quem empresta não sabe para quem está emprestando, apenas recebe seus rendimentos do banco (ou de algum fundo administrado pelo banco). Quem recebe o financiamento não tem como conhecer seus financiadores. O banco faz apenas o meio de campo.

Segundo, o banco faz o trabalho de verificar se o tomador de empréstimo tem capacidade de devolver o dinheiro que tomou, se tem crédito (e faz o serviço de cobrar as dívidas e todas as burocracias associadas a financiamentos).

Graças à tecnologia, algumas fintechs podem dar crédito de modo "primitivo", "dando match", "casando" emprestadores e tomadores de dinheiro, caso a caso, mas de modo eficiente.

É apenas um exemplo. As fintechs podem ainda fazer "vaquinhas" sistemáticas, "crowdfunding", reunir poupadores para um projeto específico (um empreendimento imobiliário). Ou reunir pequenos poupadores interessados em financiar uma empresa menor, assim como grandes investidores financiam meganegócios no mercado de capitais.

As possibilidades são muitas. Mas, na vida real, quantas são e o que fazem as fintechs brasileiras?

Havia 377 fintechs no Brasil em maio deste ano, segundo as contas do site Finnovation, em conjunto com a Finnovista e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em meados de 2015, elas eram cerca de 50.

O que fazem, basicamente? Pagamentos e remessas de dinheiro eram 25% do total dessas empresas. Administração financeira de empresas, 17%. Empréstimos, 15%. Gestão financeira pessoal (administração de recursos e orçamentos, e "conselhos" de investimento), 8% do total — uma área em que os bancos não vão nada bem na prestação de serviços, tratando o cliente como massa.

Essas empresas têm volume de operações para tomar espaço relevante dos bancos? Não, não ainda, pelo menos, mas podem roer a rentabilidade de alguns ramos do negócio.

Uma empresa inovadora na área de investimentos, a XP, tornou-se uma concorrente de grandes instituições financeiras e foi comprada, pela metade, pelo Itaú. No caso do crédito, serviço central dos bancos, estima-se que menos de 1% dos empréstimos sejam concedidos via fintechs.

A maior parte dessas companhias é pequena. Apenas 10% têm mais de cem funcionários; 72% têm menos de 25 empregados. São novas: só 18% têm mais de cinco anos.

O que fazem as mais promissoras? São bancos puramente digitais. Algumas são uma espécie de mecanismo de busca de oportunidades de investimento. Outras, oferecem consultoria de aplicações financeiras por meio de inteligência artificial (“robôs-investidores”).

Para empresas, certas fintechs oferecem assessoria na procura de empréstimos: dadas as características de uma companhia, algoritmos indicarão qual a fonte mais provável de financiamento a bom preço, no mercado.

Um ramo crescente é de serviços de pagamentos, com empresas que querem difundir os pagamentos por celular, um negócio literalmente da China, país onde tal método de liquidar transações mais se expande no mundo.

Outras misturam um serviço de empréstimos mais baratos com a oferta de aplicativos que organizam as suas contas. Isto é, se conectam a seu banco e, dadas outras informações, fazem a sua contabilidade de modo mais criativo, explicando e organizando suas receitas e despesas.

IGP-M de outubro desacelera a 0,89%, após 1,52% em setembro, revela FGV

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 29-10-2018)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) desacelerou a alta de 1,52% em setembro para 0,89% em outubro, informou na manhã desta terça-feira, 30, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Assim, o indicador avançou tanto na comparação em 12 meses, indo a 10,79%, como no ano até outubro, acumulando 9,25%.

O resultado do IGP-M deste mês ficou dentro do intervalo das 31 estimativas da pesquisa do **Projeções Broadcast** de 0,79% a 1,05%, mas menor que a mediana de 0,91%.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) desacelerou de 2,19% em setembro para 1,11% em outubro. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) acelerou de 0,28% para 0,51% no décimo mês do ano. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) avançou de 0,17% para 0,33%.

PIB da zona do euro cresce menos do que esperado no 3º trimestre

30/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresceu menos do que o esperado no terceiro trimestre de 2018, segundo dados preliminares divulgados nesta terça-feira.

Pesquisa da Eurostat, órgão de estatísticas da União Europeia, mostra que o PIB da zona do euro aumentou 0,2% entre julho e setembro ante o segundo trimestre. Analistas consultados pela Trading Economics previam ganho de 0,5% no período.

Na comparação anual, a economia do bloco teve expansão de 1,7% no terceiro trimestre, bem menor do que o avanço de 2,5% projetado por economistas.

A Eurostat também informou que o PIB da zona do euro subiu a uma taxa anualizada de 0,6% no terceiro trimestre, mostrando forte desaceleração ante o ritmo de 1,8% visto no trimestre anterior.

Lucro da Klabin cai 73% no 3º trimestre para R\$ 104 milhões

30/10/2018 – Fonte: DCI (publicado em 29-10-2018)

A Klabin registrou lucro líquido de R\$ 104 milhões no terceiro trimestre de 2018, com destaque para a contínua demanda por celulose, em especial da China, o que possibilitou que a melhora de preços se estendesse.

O desempenho representa queda de 73% ante o lucro de R\$ 391 milhões informado em igual período do ano anterior, mas também uma reversão do prejuízo de R\$ 955 milhões do segundo trimestre de 2018.

Entre julho e setembro, a companhia obteve lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado recorde de R\$ 1,248 bilhão, com expansão de 66% ante um ano antes e de 41% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No período, a margem Ebitda ajustada foi de 40% em junho para 44% em setembro de 2018. Em setembro do ano passado, a margem Ebitda estava em 34%.

Com a melhora de mix e de preços nos mercados internacionais, a receita líquida da companhia somou R\$ 2,807 bilhões no terceiro trimestre de 2018, com avanço de 26% ante igual período do ano anterior e frente ao segundo trimestre.

Preço do diesel nas refinarias cai 10% nesta terça (30)

30/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-10-2018)

Queda acompanha a retração do câmbio e das cotações internacionais

O preço do óleo diesel nas refinarias ficará cerca de 10% mais barato a partir desta terça (30). A queda acompanha a retração do câmbio e das cotações internacionais no último mês.

Em comunicado divulgado nesta segunda, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) informou que a redução será de 9,62% a 10,44%, dependendo da região.

Na região sudeste, por exemplo, o novo preço é R\$ 2,1523 por litro, queda de 9,95% com relação ao valor vigente até esta segunda (29). É um corte de R\$ 0,2379 por litro.



Fila de carros em posto de gasolina durante a paralisação em maio - Adriano Vizoni - 31.mai.2018/Folhapress

Desde o início do programa de subvenção ao diesel, a agência é responsável por estabelecer os preços de venda pelas refinarias e importadores.

Na fase atual do programa, o valor varia a cada 30 dias, de acordo com as oscilações do câmbio e do mercado internacional. Os preços anunciados nesta segunda valerão até o dia 28 de novembro.

A queda anunciada nesta segunda é a primeira desde o início do programa. Em agosto, a alta média foi de 13%. Em setembro, de 2,8%.

Com o recuo dos dois indicadores, o governo já prepara mudanças nas regras da subvenção, com o objetivo de criar um processo de transição para o fim do subsídio, previsto para 31 de dezembro.

A ideia é estabelecer uma redução gradativa do valor da subvenção, que hoje é de R\$ 0,30 por litro. A medida deve trazer economia ao governo, que previu inicialmente gastar R\$ 9,5 bilhões com o desconto.

Até o fim de setembro, data do último balanço divulgado pela agência, foram pagos R\$ 1,6 bilhão.

A subvenção ao preço do diesel foi criada para encerrar a greve dos caminhoneiros que paralisou o país por duas semanas em maio. Além do subsídio de R\$ 0,30 por litro, o governo reduziu a carga tributária sobre o combustível em R\$ 0,16 por litro.

Nas bombas, porém, o litro do combustível era vendido na semana passada por R\$ 3,721, em média no país, mais caro do que os R\$ 3,671, já corrigidos pela inflação, vigentes na semana anterior ao início da paralisação dos caminhoneiros.

Hyperloop trabalha no Brasil com a promessa de redefinir transporte

30/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-10-2018)

Com centro de desenvolvimento em MG, empresa quer construir um sistema adequado à era digital

Transporte limpo, seguro, rápido e barato para o usuário. Esta é a promessa da Hyperloop Transportation Technologies (HTT), uma das empresas no mundo empenhadas em tornar viável um novo modal de transporte para passageiros e cargas.

Tudo é levado em cápsulas metálicas que se deslocam em tubos de ar em levitação eletromagnética. Sem atrito com trilhos, a solução promete alcançar velocidade 1.200 km/h.

“Com tanta tecnologia queremos aproximar as pessoas e fazer com que elas percamos menos tempo no transporte. O Hyperloop pode transformar amigos que se encontram uma vez por ano em vizinhos”, disse Bibop Gresta, presidente da companhia, em apresentação durante a abertura do WTM Conference, que acontece em São Paulo de 29 a 31 de outubro.

Em abril deste ano a HTT anunciou investimento de US\$ 7,85 milhões na primeira fase de construção de um centro de desenvolvimento em Contagem (MG), que complementa a estrutura global de pesquisa da companhia e vai trabalhar, principalmente, em soluções para o transporte de carga.

“O Hyperloop tem potencial para mudar a sociedade. Você pode viver no Rio de Janeiro e vir todo os dias trabalhar em São Paulo”, projeta. Para ele, desenvolver uma nova solução para os deslocamentos é essencial para melhorar a mobilidade, que ele considera um dos maiores desafios da sociedade atual.

"O nosso sistema de transporte está quebrado. O conceito de ter um carro é errado desde o princípio, um ativo que fica pelo menos 80% do tempo na garagem. Quando pensamos nos aviões, 70% das operações que fazemos no aeroporto poderiam ser realizadas antes, on-line, sem filas", critica.

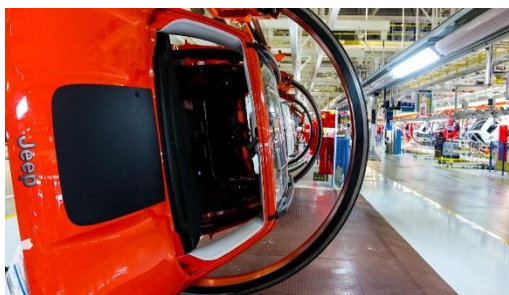
É justamente esta ineficiência que o Hyperloop pretende eliminar. Segundo Gresta, A ideia é desenhar algo do zero, repensar toda a jornada do usuário e criar uma experiência completamente personalizada e apoiada por dados e ferramentas digitais.

"Eu não sou o mesmo quando viajo a trabalho ou a lazer e o serviço vai se adaptar a cada necessidade."

Ele garante que o preço de toda a tecnologia não vai pesar no bolso dos usuários. A mágica está em achar mais maneiras de gerar receitas além da cobrança das passagens. "Já encontramos pelo menos quatro fórmulas para monetizar", conta, enumerando, por exemplo, a publicidade dentro do sistema Hyperloop e a venda de dados dos usuários mediante autorização.

Jeep já atinge no Brasil meta global para 2025

30/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-10-2018)



Linha de produção da Jeep em Goiana (PE): tiro certo no boom do mercado de SUVs no Brasil

Marca emplaca um em cada cinco SUVs vendidos no País e domina segmento

A Jeep conseguiu atingir este ano no Brasil a meta global da marca para 2025, que é de emplacar um de cada cinco SUVs vendidos no mundo. No mercado brasileiro esse objetivo foi alcançado com sete anos de antecedência, com 22% de participação no segmento de utilitários esportivos entre janeiro e setembro.

Nestes nove meses as vendas da Jeep no País cresceram 22,5% em relação ao mesmo período de 2017, com 78 mil unidades emplacadas, 99,5% delas de apenas dois modelos, Renegade e Compass, ambos produzidos pela FCA (Fiat Chrysler Automobiles) em Goiana (PE), a mais moderna fábrica do grupo ítalo-americano inaugurada há apenas três anos e meio, no início de 2015.

Assim a Jeep lidera por larga margem o segmento de SUVs no Brasil e com apenas dois modelos produzidos localmente é a nona marca de veículo mais vendida do mercado.

O utilitário esportivo médio Compass, o mais caro dos dois Jeep nacionais, está entre os dez carros mais emplacados do País nos primeiros nove meses de 2018, ocupa a nona posição com 44,3 mil unidades, o que significa impressionante crescimento de 28,4% sobre igual intervalo de 2017.

O recém-renovado Renegade (leia mais [aqui](#)) também vai bem, é o 16º carro mais comprado do País, soma 33,3 mil emplacamentos de janeiro a setembro, expansão de

16,7% sobre o ano passado – e a FCA espera avanço adicional com o lançamento da linha 2019.

Tamanho sucesso em tão curto espaço de tempo – em quatro anos a frota de Jeep no País saltou de 15 mil carros em 2014 para mais de 300 mil atualmente – também vem acompanhado de alta rentabilidade, tendo em vista o alto valor agregado dos dois modelos (Renegade acima de R\$ 80 mil e Compass, o mais vendido, que parte dos R\$ 120 mil), conjugado com os generosos benefícios fiscais do Regime Automotivo do Nordeste, que garante abatimento substancial de IPI, somados ainda aos incentivos locais do Estado de Pernambuco.

Diretora comercial da Jeep no Brasil, Tania Silvestri atribui o desempenho positivo da marca a três pilares: a eficiente fábrica de Goiana que já produziu 500 mil veículos desde a inauguração em 2015 (aí também se inclui a picape Fiat Toro) e opera em três turnos, que foi acompanhada por rápido crescimento da rede Jeep de 45 lojas em 2014 para 189 atualmente, ambos os fatores lastreados pela forte reputação da marca global da marca em fabricar linha completa de SUVs legítimos não-derivados de outros tipos de carros, com oferta de versões 4x4 e diesel que transmitem sua robustez às opções mais baratas – hoje as concessionárias brasileiras vendem nove modelos e versões.

"A Jeep é mais que uma marca, é sinônimo de uma categoria de veículo que se apropria do segmento de SUVs. No Brasil, ocupa hoje o espaço deixado pelo icônico Jeep Willys", lembra Tania Silvestri.

Com reputação reconhecida, produção nacional e rede calibrada para atender a demanda, a Jeep consegue ser até o momento a principal beneficiária do boom de SUVs no País, mesmo com apenas dois produtos caros para os padrões locais.